



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO Nº 21 /2012

**Reunião Ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 30 de Abril de 2012**

MOÇÃO

A Revolução de Abril restituiu ao Povo Português os direitos e liberdades fundamentais, afirmando o País como um Estado de Direito democrático, livre, justo e fraterno, e permitiu a criação de uma Assembleia Constituinte que elaborou e aprovou a Constituição da República Portuguesa, onde estão plasmados estes princípios.

Após mais de 35 anos de políticas governamentais de direita, especialmente dirigidas para a destruição de tudo que Abril nos trouxe, vivemos um momento histórico em que a aplicação do pacto de agressão assinado entre o FMI, UE, BCE e os partidos que ciclicamente têm governado este País, PS, PSD e CDS, constitui um rude golpe no Portugal de Abril.

Os efeitos das medidas previstas no pacto, concretizam-se na degradação brutal das condições de vida dos trabalhadores e do povo, e colocam em risco a sobrevivência do País, como Estado independente e soberano, livre justo e fraterno.

O direito ao trabalho, às férias, aos subsídios de férias e de natal, o direito à saúde, à educação, à habitação, estão hoje, mais do que nunca ameaçados e em risco.

Defender Abril, evocando os seus princípios fundamentais, é não só um dever de cidadania, como um dever de sobrevivência de um povo.

Governado pela troika, Portugal está hoje em risco de perder a sua soberania, conduzido a esta situação por Governantes eleitos de forma democrática, que juraram defender a sua Constituição, mas que se não coíbem de legislar contra os seus princípios fundamentais.

São disso exemplo: o ataque violento ao Serviço Nacional de Saúde, à segurança social, à educação, ao trabalho, ao descanso, e ao poder local democrático.

O Governo, de forma mais ou menos encoberta pelo discurso da “crise” e da “austeridade”, aprova leis que ferem de morte o acesso aos cuidados de saúde básicos, encerrando estabelecimentos hospitalares, reduzindo o pessoal médico, de enfermagem, auxiliar e outros profissionais, estabelecendo taxas moderadoras elevadas, cortando nos apoios ao transporte de doentes, tendo em vista a redução ou a extinção de um serviço público de saúde.

A tentativa, mais uma, de instituir um sistema de plafond na Segurança Social, criando um sistema de reformas para ricos, privada, e um sistema de reformas para pobres.

Na escola pública a ordem do Governo é para cortar: cortar salários e despesas de funcionamento, cortar projectos, cortar turmas, cortar escolas, cortar instituições inteiras, obrigando inúmeros estudantes a desistirem por falta de bolsas.

No trabalho, são retirados aos trabalhadores, direitos adquiridos em clara violação dos princípios constitucionais, e em nome de uma competitividade europeia o mercado de trabalho passa a ser regulado pela vontade exclusiva do empregador, que passa a poder despedir com ou sem justa causa, já que numa situação ou noutra, o montante da indemnização a pagar é irrelevante.

Os cortes salariais, nas férias, nos feriados, no subsidio de desemprego, representam um retrocesso em termos de direitos sociais, que poderá vir a gerar uma situação incontrolável de desemprego e pobreza extrema, típica do antes do 25 de Abril de 1974.

A proposta de extinção de freguesias, não passa de mais um atentado profundo e feroz ao Povo, que se vê assim arredado da forma mais directa de acesso ao poder local democrático.

Ao estado a que o País chegou, dizemos Basta!


Não desistimos de lutar por um Portugal mais justo, livre, fraterno e solidário, pelo Estado de Direito Democrático, pelas conquistas de Abril.

Saudamos A Revolução de Abril de 1974, cujas conquistas, defenderemos com todas as forças de quem acredita que o 25 de Abril vencerá!

Viva o 25 de Abril!

Aprovado por maioria, com 21 votos a favor da CDU e do BE e 13 votos contra do PS e do PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal


Frederico Pereira